

Resolve:

Art. 1º Credenciar e Homologar, a empresa Camila Majuste, CNPJ nº 28.376.912/0001-81, situada na Avenida Pedro II nº 2425 Loja 01, Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte-MG, CEP 30710-535, para a atividade de Comercialização de Partes e Peças.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:

I – Autorizar e disciplinar a comercialização de partes e peças de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais de competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas às exigências na Lei n. 12.977 de 2014, Resolução nº 611 do CONTRAN, de 2016, Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na lei Lei nº. 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de Junho de 2017, sob pena de descumprimento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alessandro Amaro da Matta
Diretor do Detran - MG

Portaria Nº 1.623, de 8 de novembro de 2018

Suspende os efeitos da Portaria nº 1.440, de 19 de setembro de 2018 e dá outras providências.

O Diretor Do Departamento De Trânsito De Minas Gerais - DETRAN/MG, enquanto dirigente máximo do órgão executivo estadual de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 da Lei n. 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, da Lei complementar estadual nº 129/13 e Resolução n. 7.197/09, bem como dando cumprimento à determinação do E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, emanados nos autos da Denúncia nº 1054154, datada de 07 de novembro de 2018;

Resolve:

Art. 1º Suspenda a vigência da Portaria nº 1.440, de 19 de setembro de 2018, restabelecendo em sua completude todos os efeitos das Portarias nº 251, de 10 de maio de 2017, nº 310, de 22 de maio de 2017, nº 476, de 04 de agosto de 2017, nº 532, de 24 de agosto de 2017, nº 640, de 28 de setembro de 2017, mantendo-se a prestação dos serviços por meio das empresas credenciadas nos moldes estabelecidas na Portaria nº 251/2017 até ulterior julgamento de mérito pela Corte do E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alessandro Amaro da Matta
Diretor do Detran - MG

08 1163360 - 1

Atos Assinados pelo Senhor Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais.

Resolução nº 8.063 de 12 de novembro de 2018.

Constitui Comissão Especial de Inventário para cumprimento das diretrizes decorrentes do Encerramento do Exercício Financeiro de 2018.

O Chefe de Polícia Civil de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e tendo em vista o artigo 3º do Decreto nº 47.521 de 31/10/2018.

Resolve:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial encarregada de promover levantamento completo referente aos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria, dos materiais em almoxarifados ou em outras unidades similares, bens patrimoniais em uso, estoçados, cedidos e/ou recebidos em cessão, bens imóveis que são objeto de registro no Ativo, e das obrigações constantes dos grupos do Passivo Circulante e não Circulante da Polícia Civil de Minas Gerais, para o encerramento do exercício financeiro de 2018.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será presidida pelo servidor Marcelo Carvalho Ferreira, MASP 457.960-3 e composta dos seguintes servidores:

I – Equipe de Material Permanente:

Elmo Rodrigues Rosa - MASP 342.092-4; Alexandre de Paula - MASP 346.177-9; Adenauer Vilas Boas Cândido - MASP 1.364.892-8; Rodnei Oliveira dos Santos - MASP 1.452.899-6; Renato Ciriaco Cristo MASP 904.551-9; André Luiz da Silva - MASP 906.632-5.

II – Equipe de Material de Consumo:

Daiana Silva Caetano MASP 1.256.840-8; Louise Carolina Gomes Oliveira - MASP: 1.411.818-6; Tiago Motinho - MASP: 1.413.359-9; Sandra Barbosa de Lima - MASP: 1.142.795-2; Leandro Pellizzaro Lima - MASP: 1.361.200-7.

III – Equipe de Bens Imóveis:

Anna Paula Vieira Souza - MASP 343.736-5; Eleazar Martins Campos - MASP 372.495-2; Júlio César Nogueira Zordan - MASP 294.951-9.

IV – Equipe de Valores em Tesouraria, Passivo Circulante e Não Circulante;

Adilson Nascimento de Souza - MASP 370.173-6; Euler Bertozzi Deschamps de Moura - MASP 294.538-4.

Art. 3º A Comissão deverá ser assistida em suas funções pelos servidores das Unidades da Polícia Civil.

§1º Na circunscrição das Delegacias Regionais, o Centro de Processamento de Despesas (CPD) emitirá relatório de inventário, atestada a sua exatidão pelo Titular da respectiva Unidade, e no caso de apuração de divergências, o relatório de ajustes.

§2º O atendimento ao disposto no §1º observará a data limite de 30 de novembro de 2018 e deverá ser encaminhado mediante comunicação formal à Comissão Especial de Inventário Exercício 2018 até 07 de dezembro de 2018.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão iniciar-se-ão a partir da publicação desta Resolução, devendo encerrar-se até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 5º Fica delegada competência ao Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças para, por meio de portaria, disciplinar as ações da Comissão Especial ora constituída, bem como convocar servidores desta Pasta para auxiliar na elaboração dos levantamentos necessários.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Chefia da Polícia Civil, em 12 de novembro de 2018.

João Octacílio Silva Neto
Chefe da Polícia Civil

12 1163990 - 1

CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA CIVIL

Segunda Publicação

Edital De Notificação

A Drª Maria Luíza Papini Arantes, Delegada de Polícia, MASP 1.145.156, Presidente da Sindicância Administrativa nº 231.191, com base no art. 180, §2º, da Lei Estadual n.º 5.406/69, tendo em vista a não localização do sindicato, Wesley Silva Barbosa, Investigador de Polícia, Nível I, MASP 1.241.964-4, NOTIFICA o referido servidor para que, no prazo de dez dias, contados da última publicação deste, apresente defesa final, podendo o mesmo acompanhar pessoalmente e/ou por meio de Defensor todo o desenrolar da sindicância administrativa, que tramita perante o Cartório “D” da 4ª Subcorregedoria de Polícia, situada na rua Gonçalves Dias, nº 2553, 7º andar, sala 31, bairro Santo Agostinho, Belo Horizontes/MG, cuja transgressão disciplinar a ele imputada, em tese, amolda-se ao disposto no art. 144, inciso III, c/c art. 149 e art. 150, inciso XXX todos da Lei nº 5.406/69 c/c art. 116 da Lei Complementar Estadual nº 129/2013.

Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito. Eu, Carolina Batista de Souza, Escrivã de Polícia que o digitei.

Maria Luíza Papini Arantes
Delegada de Polícia – MASP 1.145.156
Adida à Corregedoria Geral de Polícia

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2018.

Luiz Carlos Ferreira
Subcorregedor-Geral de Polícia Civil
(Respondendo pela Corregedoria Geral de Polícia Civil)

12 1164375 - 1

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2018

Por meio deste, a Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, nos termos da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e da Resolução da SEPLAG nº 037/2005 instaura o processo administrativo nº 046/2018 em relação à servidora S.R.S.P., Masp 348.545-5, com a finalidade de apurar possível débito oriundo de pagamento de quinquênio, de acordo com a Informação nº 250/2018 – COORDENADORIA DE PAGAMENTO.

Belo Horizonte, 31 de outubro de 2018.

Elisa Moreira Caetano Ribeiro de Lima
Delegada de Polícia
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal

09 1163790 - 1

Atos Assinados pelo Senhor Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais

70.449 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.088387-8/000, suspende o exercício da função pública o Dr. Agenor Lasaro Soares, MASP 220.218-2, Delegado Geral de Polícia, código DL, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 09 de outubro de 2018.

70.450 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.089916-3/000, suspende o exercício da função pública a Dra. Mary Simone Reis, Masp 387.377-5, Delegada Geral de Polícia, código DL, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 03 de outubro de 2018.

70.451 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Edson Rogério de Moraes, MASP 1.145.062-4, Delegado Geral de Polícia, código DL, lotado no 9º Departamento de Polícia Civil de Uberlândia, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

70.452 - no uso de suas atribuições, em entendimento à decisão proferida nos autos do mandado de segurança nº 5100926-62.2018.8.13.0024, suspende os efeitos do ato nº 69.916, publicado no IOMG em 25/05/2018, que removeu a Dra. Mônica Perpetua Carlos, MASP 1.330.576-8, Delegada de Polícia Titular, código DL, mantendo a imprétnate lotada na Delegacia Especializada de Investigação de Furtos e Roubo de Veículos Automotores/DETRAN.

70.453 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.072895-8/000, suspende o exercício da função pública o Dr. Vitor Adriano Dantas, MASP 1.331.240-0, Delegado de Polícia Titular, código DL, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 23 de outubro de 2018.

70.454 - no uso de suas atribuições, em entendimento à decisão proferida nos autos do mandado de segurança nº 5137171-72.2018.8.13.0024, suspende os efeitos do ato nº 70.306, publicado no IOMG em 20/09/2018, que removeu o Dr. Carlos Eduardo Gesse, MASP 1.332.240-9, Delegado de Polícia Titular, código DL, mantendo o imprétnate lotado na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Uberaba/5º Depto.

70.455 - no uso de suas atribuições, nos termos do Ofício PCMG/SPGF nº 911/2018, e tendo em vista o disposto no artigo 183 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, concede Reassunção, a partir de 21 de setembro de 2018, por motivo de retorno de Licença para Tratar de Interesses Particulares, a Bernardo Albergaria, MASP 1.060.857-8, Médico Legista, código ML, nível III, lotado no Instituto Médico Legal.

70.456 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Samuel Mendonça Mendes de Souza, MASP 1.273.959-5, Médico Legista, código ML, nível I, para prestar serviços no Posto Médico Legal de Ipatinga/12º Depto., procedente de Governador Valadares.

70.457 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Udson Caetano da Silva, MASP 387.481-5, Perito Criminal, código PR, nível II, para prestar serviços no Posto de Perícia Integrada de Uberaba/5º Depto., procedente de Uberlândia.

70.458 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Valesia Rosalina Dias E Santos, MASP 443.612-7, Perito Criminal, código PR, nível II, para prestar serviços no Instituto de Criminalística/SPTC, procedente do Instituto Médico Legal/SPTC.

70.459 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, Patrícia Araújo Buoninconti, MASP 457.978-5, Escrivã de Polícia, nível Especial, lotada na Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal/SPGF, período de 4 (quatro) dias a partir de 08/10/2018, e 3 dias a partir de 15/10/2018.

70.460 - no uso de suas atribuições, torna público o indeferimento do pedido de redução de jornada de trabalho de Cristina Isabel Pinto, MASP 667.866-8, Escrivã de Polícia, nível III, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Lavras/6º Depto., por não atender integralmente aos requisitos dispostos nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013.

70.461 - no uso de suas atribuições, torna público o indeferimento do pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família, de Cristina Isabel Pinto, MASP 667.866-8, Escrivã de Polícia, nível III, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Lavras/6º Depto., por não atender integralmente aos requisitos dispostos nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013.

70.462 - no uso de suas atribuições, torna público o indeferimento do pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família, de Danilo Silva Mota, MASP 1.132.070-2, Escrivão de Polícia, nível I, lotado na 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Januária/11º Depto., por não atender integralmente aos requisitos dispostos nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013.

70.463 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Gracielle Rodrigues de Oliveira, MASP 1.189.281-7, Escrivã de Polícia, nível II, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Uberlândia/9º Depto., redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

70.464 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Rafael de Andrade Gonçalves Lima, MASP 1.189.306-2, Escrivão de Polícia, nível II, lotado na Delegacia de Polícia Civil de São Francisco/11º Depto., redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

70.465 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Rebecca Agatha Monteiro Martins, MASP 1.234.177-2, Escrivã de Polícia, nível II, lotada na Delegacia de Polícia Civil de Poço Fundo/18º Depto., período de 30 (trinta) dias a partir de 16/10/2018.

70.466 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Rodrigo Rocha Dos Santos, MASP 1.317.974-2, Escrivão de Polícia, nível I, para prestar serviços na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Pouso Alegre/17º Depto., procedente da Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos/DETRAN.

70.467 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Gilson de Oliveira Andrade, MASP 343.805-8, Investigador de Polícia, nível Especial, para prestar serviços na Delegacia Especializada do Plantão de Apuração do Ato Infracional/DOPCAD/DEFAM, procedente da 1ª Delegacia Especializada de Investigação de Fraudes.

70.468 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Alexandre Gomes, MASP 346.176-1, Investigador de Polícia, nível Especial, para prestar serviços na 1ª Delegacia Especializada de Investigação de Fraudes/DEIF, procedente da Delegacia Especializada do Plantão Interinstitucional de Apuração do Ato Infracional/DOPCAD/DEFAM.

70.469 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.092191-8/000, suspende o exercício da função pública Matheus dos Reis Ponsancini, Masp 1.188.564-7, Investigador de Polícia, nível Especial, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 08 de agosto de 2018.

70.470 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.092191-8/000, suspende o exercício da função pública Shesley Evangelista do Couto, Masp 387.633-1, Investigador de Polícia, nível III, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 16 de outubro de 2018.

70.471 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.089904-9/000, suspende o exercício da função pública Flavio Lucio Castro de Sá, Masp 667.817-1, Investigador de Polícia, nível III, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 03 de outubro de 2018.

70.472 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.086042-1/000, suspende o exercício da função pública Gileno Mastilo da Silva Fagundes, MASP 668.047-4, Investigador de Polícia, nível III, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 02 de outubro de 2018.

70.473 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Danúbia Moreira Figueiredo Barroso, MASP 668.042-5, Investigadora de Polícia, nível II, lotada na Delegacia de Polícia Civil de Teófilo Otoni/15º Depto., redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

70.474 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.091735-3/000, suspende o exercício da função pública Robinson Marcos da Silva, MASP 975.719-6, Investigador de Polícia, nível II, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 09 de outubro de 2018.

70.475 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.095203-8/000, suspende o exercício da função pública Luis Fernando Alves, MASP 1.081.654-4, Investigador de Polícia, nível II, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 23 de outubro de 2018.

70.476 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.091802-1/000, suspende o exercício da função pública Rodrigo Silva Assad de Souza, MASP 1.111.852-8, Investigador de Polícia, nível II, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 16 de outubro de 2018.

70.477 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Meire Astorfina de Vasconcelos, MASP 1.112.149-8, Investigadora de Polícia, nível II, para prestar serviços no 1º Departamento de Polícia Civil de Belo Horizonte/SIPJ., procedente do Instituto de Criminalística/SPTC.

70.478 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.092037-3/000, suspende o exercício da função pública Rodrigo Gonçalves Mariano, MASP 1.112.945-9, Investigador de Polícia, nível II, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 02 de outubro de 2018.

70.479 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.098317-3/000, suspende o exercício da função pública Weber Rodrigues do Couto, MASP 1.112.977-2, Investigador de Polícia, nível II, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 23 de outubro de 2018.

70.480 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Júlio César Cesarino, MASP 1.157.331-8, Investigador de Polícia, nível II, para prestar serviços na 7ª Delegacia de Polícia Civil de Contagem/2º Depto., procedente da Diretoria de Informática.

70.481 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Denniece Adriana da Costa Souza, MASP 1.412.055-4, Investigadora de Polícia, nível I, para prestar serviços na Diretoria de Informática/SIIP, procedente da 7ª Depol/Contagem.

70.482 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Marcio Luiz Firmo de Paula, MASP 1.104.486-4, Investigador de Polícia, nível I, para prestar serviços no Departamento Especializado em Investigação de Fraudes, procedente da Delegacia Especializada de Investigação de Furtos e Roubo de Veículos Automotores/DETRAN.

70.483 - no uso de suas atribuições, atendendo decisão da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos do processo nº 1.0000.18.095215-2/000, suspende o exercício da função pública Rogério Bonfim de Almeida, MASP 1.174.119-6, Investigador de Polícia, nível I, como medida cautelar prevista no artigo 319, do Código de Processo Penal, com efeito retroativo à data de 23 de outubro de 2018.

70.484 - no uso de suas atribuições, em entendimento à decisão proferida nos autos do mandado de segurança nº 5062049-87.2017.8.13.0024, suspende os efeitos do ato nº 68.679, publicado no IOMG em 05/08/2017, que tornou sem efeito o ato nº 68.002 de Leandro Rodrigues Pinheiro, MASP 1.174.143-6, Investigador de Polícia, nível I, mantendo a remoção do imprétnate para a Divisão Especializada de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente/DIOPE.

70.485 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Elon Mattos Pereira, MASP 1.257.056-0, Investigador de Polícia, nível I, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Machado/Alfenas/18º Depto., procedente da 1ª DRPC/Pouso Alegre.

70.486 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Dario José de Almeida, MASP 1.257.155-0, Investigador de Polícia, nível II, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Florestal/Juatuba/2º Depto., procedente da 5ª DRPC/Juatuba.

70.487 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Alexandre José Braga

Carneiro, MASP 1.267.294-5, Investigador de Polícia, nível I, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Sacramento/5º Depto., período de 9 (nove) dias, a partir de 18/10/2018.

70.488 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Juliana Pedreira Pazini Silva, MASP 1.315.155-0, Investigadora de Polícia, nível I, lotada na 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Varginha/6º Depto., redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

70.489 - no uso de suas atribuições, remove “ex officio”, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, face teor do Ofício PCMG/8DEPPC/GOV VALADARES nº 128/2018, Lucas Rocha Ferreira, MASP 1.411.685-9, Investigador de Polícia, nível I, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Santa Maria do Suaçu/Guanhães/8º Depto., procedente de Governador Valadares.

70.490 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art.65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Lígia Melina Fernandes Tomé, MASP 1.412.616-3, Investigadora de Polícia, nível I, lotada na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Contagem/2º Depto., período de 60 (sessenta) dias, a partir de 08/10/2018.

70.491 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Natália Gloria de Tassis Costa, MASP 1.458.436-1, Investigadora de Polícia, nível I, para prestar serviços na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil/Governador Valadares/8º Depto., procedente de Mesquita.

70.492 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Andreia Aparecida Botelho Santos, MASP 1.074.839-0, Investigadora de Polícia, nível I, para prestar serviços na 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Almenara/15º Depto., procedente de Contagem.

70.493 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Bruno Nascimento dos Santos, MASP 1.458.536-8, Investigador de Polícia, nível I, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Jacinto/Almenara/15º Depto., procedente de Almenara.